



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**VAMOS FALAR DE ESTÁGIO? A REALIDADE DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE) DE FRANCISCO
BELTRÃO.**

ANDREIA AGDA SILVA HONORATO ¹

ADRIANA BRITO SILVA ²

JULIANI SOARES SANTOS ³

TATIANE GONÇALVES LOLLE ⁴

RESUMO

Este artigo objetiva contextualizar e analisar o estágio supervisionado em Serviço Social da UNIOESTE, sua configuração, desafios e possibilidades, apontando o Fórum de Supervisão como estratégia para a articulação da unidade teoria/prática, portanto, na direção de uma formação de qualidade. Subsidiado por pesquisa bibliográfica e documental, as análises se sustentam pela teoria social marxiana.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Profissional; Serviço Social; UNIOESTE; Fórum de Supervisão.

ABSTRACT

This article aims to contextualize and analyze the supervised internship in Social Work at UNIOESTE, its configuration, challenges and possibilities, pointing out the Supervision Forum as a strategy for the articulation of the theory/practice unit, therefore, in the direction of a quality education. Supported by bibliographic and documentary research, the analyses are supported by Marxian social theory.

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

⁴ Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Keywords: Supervised Internship; Vocational training; Social Services; UNIOESTE; Oversight Forum.

1. INTRODUÇÃO

Tendo como pressupostos a Política Nacional de Estágio (2010) aliada às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) “a materialização do estágio curricular supervisionado deve ocorrer em consonância com os princípios do projeto ético-político e a direção social do exercício profissional”, neste sentido, as reflexões aqui propostas se espelham no campo da construção de possibilidades a serem galgadas, mesmo estando engendradas no interior da sociabilidade capitalista, transpassada pelas contradições entre capital e trabalho, que se materializam em desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais que atingem a vida cotidiana da “classe que vive do trabalho” (Antunes, 2015).

Em sua face conservadora, a sociabilidade capitalista se revela diariamente pelas formas político-econômica adotadas no país, hoje o ultraliberalismo em curso é resultado das inúmeras adaptações, (re)produzidas por todas as instâncias constitutivas do Estado brasileiro nos âmbitos, federal, estadual e municipal com suas especificidades, seja de âmbitos e de cada partido político responsável pela gestão pública ao longo da história, no entanto, em sua totalidade se move, por um lado, negando os direitos sociais historicamente conquistados pelo protagonismo da classe trabalhadora e, por outro, afirmando a lógica mercadológica inerente à acumulação capitalista sob a égide de sua face financeira, mantendo características históricas do Estado no Brasil, entre elas, o patrimonialismo que viabiliza a reprodução dos interesses privados das classes dominantes como se fossem públicos, e a subordinação e a dependência ao grande capital internacional.

Sabe-se que historicamente as crises são inerentes ao modo de produção capitalista e hoje, as políticas anticrise de raiz ultraliberal - são partes de um “projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos”, como alerta (Harvey, 2011, apud, Iamamoto, 2021, p.20), operacionalizando-se por meio de cortes orçamentários, congelamentos dos gastos públicos que atinge o financiamento do conjunto das políticas públicas, as privatizações dos serviços, em síntese, estas e, tantas outras medidas político-econômicas que vem afetando diretamente os espaços sócio-ocupacionais, o atendimento aos usuários e usuárias dos serviços e, concomitantemente, nas condições de trabalho das/dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assistentes sociais e estudantes dos cursos de graduação em Serviço Social, seja nas Instituições de Ensino Superior (IES) de cunho privado e/ou das Universidades de Formação Acadêmicas (UFAs) de natureza pública, cada vez mais sucateadas, que vêm sendo enfrentadas por meio de greves.

É nesta perspectiva de totalidade¹ que as compreensões emergem atinentes a análise da realização dos estágios supervisionados e da formação em Serviço Social, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campi Francisco Beltrão, exigindo-nos compromisso ético-político e racionalidade dialética para apreender as contradições que se particularizam nos diversos campos de estágios, responsáveis pela absorção das acadêmicas.

Assim, as reflexões contidas neste artigo têm a finalidade de partilhar as especificidades, desafios, contradições e construções que são próprias do estágio e da formação profissional, organizadas da seguinte maneira:

A primeira, tece considerações sobre o estágio supervisionado na formação em Serviço Social, contextualizando a história do Curso de Serviço Social da UNIOESTE, campi de Francisco Beltrão, Paraná e do modo como se constitui e se reconfigura o estágio supervisionado.

A segunda, versa por configurações do Estágio Supervisionado, apresentando os campos de estágios conveniados e suas regulamentações.

Na terceira, adentra-se nos Fóruns de Supervisão de Estágio como respostas para os desafios presentes, sobretudo, enquanto importante estratégia de operacionalização do estágio supervisionado na direção de uma formação profissional com qualidade, que portanto, objetiva dialogar sobre as temáticas e reflexões realizadas e produzidas conjuntamente entre acadêmicas/os, supervisoras/es de campo, ABEPSS, do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS e representantes de seu Núcleo de Base - NUCRESS/Francisco Beltrão, entre outros.

No quarto ponto, objetiva demonstrar que mesmo diante dos ataques permanentes contra a Educação, emergindo severos desafios, há horizontes, e esses, chamamos de campo de possibilidades, findando as reflexões com algumas conclusões que não se esgotam, mas que indicam caminhos.

2. O estágio supervisionado na formação profissional

¹ Sobre a perspectiva de totalidade, fundamenta-se que o todo é compreendido como uma estrutura social complexa, contraditória e tem como base de organização o sistema capitalista de produção que o engendra.

O estágio supervisionado em Serviço Social foi introduzido na grade curricular como disciplina obrigatória no ano de 1996, constituindo-se como uma mediação imprescindível para a construção de uma formação voltada para o desenvolvimento e aquisição de habilidades e capacidades propositivas, criativas, interventivas e críticas, além disso, viabilizando aprendizados em relação a apropriação das competências e atribuições profissionais, buscando ampliar a consciência em relação à realidade social para que as/os discentes - estagiárias/os posteriormente, enquanto profissionais, possam intervir nas diversas manifestações da questão social (ABEPSS, 2010).

Sinteticamente é essa apreensão que norteia o estágio supervisionado em Serviço Social, no entanto, tal apreensão possui particularidades correspondentes a cada estado, região e municípios da sociedade brasileira, como é o caso do estágio supervisionado do curso de Serviço Social ofertado pela UNIOESTE, localizada no município de Francisco Beltrão, região sudoeste do Paraná.

Precedendo as reflexões sobre o estágio supervisionado é necessário contextualizar as mediações particulares do Paraná, nos âmbitos da produção, finanças e político ideológico, cujos nexos estão intrinsecamente concatenados com o movimento da totalidade social brasileira.

Na produção, o território paranaense possui destaques no desempenho das atividades agroindustriais, ou seja, possui as condições físicas, equipadas e preparadas para a transformação de matérias primas agropecuárias advindas da agricultura e pecuária², conforme observam-se os dados anunciados pela Secretaria de Planejamento Estadual, em abril de 2024, a Economia Verde do Paraná alcançou o montante de R\$140 bilhões.

Os dados anunciados correspondem ao ano de 2020, exatamente no período da pandemia do novo coronavírus, onde houve uma paralisação das atividades em decorrência do necessário isolamento social, ou seja, enquanto uma crise sistêmica se aprofundava, as atividades que mais contribuíram foram a agropecuária com um montante de R\$ 56 bilhões, já o setor de serviços, R\$ 51 bilhões e a indústria, R\$ 32 bilhões³.

² BRASIL. **O que é agroindústria?** [S.L] Ministério da Agricultura e Pecuária. 14 abril, 2021. Disponível em: <[O QUE É AGROINDÚSTRIA? — Ministério da Agricultura e Pecuária](#)> Acesso em: 21 julho, 2024.

³ PARANÁ. **Economia Verde do Paraná R\$140 bilhões e já representa 32,9% do PIB.** [S.L]: Secretaria do Planejamento. 24 abril, 2024. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Noticia/Economia-Verde-do-Parana-alcanca-R-140-bilhoes-e-ja-representa-329-d-o-PIB>. Acesso em: 27 julho, 2024.

Sabe-se que no modo de produção capitalista, para alcançar finanças e uma produção desse porte é necessário a permanente manutenção da propriedade privada, da divisão do trabalho, da exploração e das opressões, sob o comando das classes dominantes compostas, pelos grandes latifúndios e a burguesia e, por sua vez, também é imprescindível, assegurar o alinhamento para representatividade de seus interesses abrangendo desde municípios, o estado, até o âmbito nacional, por meio de candidaturas de grupos que se projetam no cenário político brasileiro, entre eles, a bancada ruralista e os candidatos comprometidos com a perspectiva ideológica da extrema-direita.

É diariamente sob as determinações circunscritas acima que se move a formação em Serviço Social e, conseqüentemente, o estágio supervisionado.

Apesar da abertura do curso ocorrer somente no ano de 2015, sua projeção veio de longe, pois o curso é oriundo de um projeto iniciado em 2003, reformulado em 2009, nos quais foram vetados pelo Governo Estadual, quando somente em 2013, decorrente da baixa procura pelo curso de Economia Doméstica, houve a aprovação para a abertura do curso em Serviço Social, sendo assim credenciado pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC.

O argumento de abertura do curso ocorreu pela necessidade de contratação de assistentes sociais devido às demandas emergentes dos municípios pertencentes à região sudoeste do Paraná, aliado à necessária alocação de docentes efetivos do curso de Economia Doméstica que na ocasião se encerrava.

Em 2014, em detrimento de abertura de concurso público para assistentes sociais efetivos aptos para o desenvolvimento das atividades acadêmicas correspondentes à formação em Serviço Social, o Governo do Estado optou por edital de contratação de professores/as colaboradores/as, via processo seletivo simplificado - PSS, aliás prática comum que se estende em todas as políticas públicas do Paraná, tal opção em relação ao curso se estendeu até o ano de 2022, quando pela primeira vez, entraram em exercício quatro docentes efetivos assistentes sociais.

Apesar da tardia nomeação, ainda há quantitativo insuficiente de docentes para as demandas necessárias oriundas da graduação quando analisado pela efetividade da tríade ensino, pesquisa e extensão, assim, a insuficiência passando a ser complementada pela contratação temporária de professoras colaboradoras.

A implementação do estágio supervisionado no curso, ocorreu no ano de 2017, quando a primeira turma, iniciada em 2015, chega ao período de estágio obrigatório. Desde então, somam 8



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anos de estágios e, apesar de novo, vem se cumprindo de modo resistente e em contínua construção, pois identificar que se pode potencializar ainda mais, remete aos envolvidos a responsabilidade e o compromisso permanente em atender não somente as importantes requisições quanto atentar-se às exigências que o movimento da realidade apresenta.

3. Configurações do Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social da UNIOESTE Francisco Beltrão.

O estágio em Serviço Social, de acordo com a Política Nacional de Estágio - PNE da ABEPSS, é definido como um momento ímpar do processo de formação onde a/o acadêmica/o tem a possibilidade de uma aproximação com os espaços sócio-ocupacionais para o aprendizado do exercício profissional, sendo este “um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela indissociabilidade entre o estágio, a supervisão acadêmica e profissional e, a partir desta definição, uma série de questões se fazem necessárias para o tempo presente” (Honorato, 2024, p.16).

Na Unioeste, o estágio é regulamentado e norteado pela Resolução Nº 131/2017 - CEPE, de 18 de maio de 2017 e reformulado em 2019, em ambos, sua organicidade se configura de forma anual, em dois distintos momentos, classificados em estágio I e estágio II.

No primeiro momento a/o discente cursa 204 horas obrigatórias, referentes ao componente curricular estágio I, associado ao componente curricular Práxis Profissional e Serviço Social I, momento onde inicia a frequência no campo de estágio, para conhecer e ter as primeiras aproximações com os aprendizados referentes às contradições das expressões da questão social, acompanhado por supervisores/as de campo e acadêmico com a elaboração inicial de um projeto de intervenção, além da identificação do campo, das observações e ações supervisionadas.

Já no segundo, com carga horária de 204 horas, é realizado o estágio II, dando continuidade aos referidos acompanhamentos e implementação do projeto interventivo no campo de estágio, assim, totalizando 408 horas, que equivalem a 15% da carga horária total do curso, conforme prevê as diretrizes curriculares da ABEPSS.

No âmbito da discussão do estágio na universidade em questão, cabe ressaltar que não há o componente Supervisão de Estágio na grade curricular, sendo trabalhado as demandas atinentes, na disciplina de Práxis Profissional e Serviço Social I e II, conforme já sinalizado, destacando que os momentos de supervisão acadêmica direta, acontecem em momentos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

agendados entre acadêmicas/os e supervisoras/es em horários previamente agendados, contabilizando 1 hora e 25 minutos de ensino extra atrelado à carga horária docente, o que também remete a desafios, uma vez que se diferem a depender do modo e metodologia de cada supervisor/a.

De acordo com Netto e Braz sobre a concepção de Práxis, explicam que envolve o trabalho, que na verdade é o seu modelo e inclui todas as objetivações humanas. “A categoria Práxis revela o homem como ser criativo e auto produtivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (p.54, 2011).

Concatenado com o lugar em que se discute o estágio no universo compreendido, no curso de Serviço Social da UNIOESTE, verifica-se que, se a Práxis é um modo de compreender a existência a partir da relação entre subjetividade e objetividade, entre ação e reflexão, apesar da discordância de não se garantir o componente Estágio Supervisionado enquanto disciplina dentro do horário, ou seja, enquanto aulas ministradas, os componentes Práxis Profissional e Serviço Social I e II, são espaços importantes para garantir que o aprofundamento das discussões concernentes ocorram.

Constitutivo da pesquisa documental, com base nas documentações levantadas na coordenação de estágio, verifica-se que, dentre as instituições conveniadas, 21 se encontram ativas, absorvendo 41 estagiários/as no período compreendido entre 2022 e 2024.

Entre o universo institucional que mantém convênio de parceria em status ativo com o curso na oferta de campos de estágio, estão as seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Ministério Público e Judiciário, sendo que as políticas de Assistência Social e de Saúde são as que mais acolhem as estudantes, ou seja, políticas que historicamente são os espaços de trabalho que mais contratam assistentes sociais no Brasil, realidade que também se espelha nos municípios e nos estágios. Apesar da realidade local poder contar com campos de estágios para todas/os estudantes, há dois indicadores que merecem ser analisados:

O primeiro se remete ao quantitativo de acadêmicas/os no curso, pois o advento da evasão crescente no ensino superior sempre existiu, mas vem aumentando significativamente desde o período da pandemia da Covid 19, no ano de 2020, portanto, chegando a um número reduzido de estudantes ao momento em que se inicia a fase do cumprimento do estágio.

O segundo indicador, bastante preocupante, são campos que foram fechados ou suspensos por tempo indeterminados sob diversas justificativas que perpassam desde a narrativa das/os profissionais de que não há espaços físicos de trabalho, portanto, inadequados para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

receber estagiários, até a justificativa de que em decorrência das inúmeras atividades laborativas que lhes são conferidas, supervisionar estágio torna-se mais trabalho atribuído.

Observando ambos os pontos, verifica-se que estamos diante de dois dilemas que se manifestam em desafios a serem superados no âmbito da graduação, o que demanda estratégias de enfrentamentos.

Consoante a tais estratégias, este artigo se propõe analisar o campo de possibilidades construídos por docentes do curso, sobretudo, a criação e ampliação de espaços dialógicos com profissionais da área, refletindo junto às/aos acadêmicas/os que se tornarão nos anos subsequentes as/os novas/os profissionais de Serviço Social, ou seja, sujeitos que transitarão da condição de estagiários/as para possíveis supervisores/as, portanto, pela defesa de espaços dialógicos que destacam e reafirmam o artigo 5º do código de ética da/o assistente social que dispõe a supervisão como atribuição privativa de assistentes sociais e o estágio como requisito curricular obrigatório da formação, ou seja, condição obrigatória parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

De acordo com Cantalice (2019), a articulação dos Fóruns de Supervisão constituiu-se como objeto de debate coletivo dos/as participantes do 38º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS (2009), resultando na deliberação do eixo de Formação Profissional.

a qual expressa o estímulo à criação e a manutenção das articulações destes fóruns, com vistas ao estreitamento das relações entre CRESS, ABEPSS, Unidades de Formação, Instituições Campos de Estágio e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), a fim de manter como permanente o debate sobre os desafios, os entraves, as possibilidades e as estratégias para o fortalecimento desse componente da formação, nos termos apontados pelas Diretrizes Curriculares (CANTALICE, 2019, p. 114).

Esses pressupostos convergem com a compreensão dessas autoras, uma vez que concebem este espaço como importante locus de construção e recondução de um modus operandi, ou seja, do trânsito entre o que é e o que poderá vir a ser o estágio no processo formativo e na construção da identidade profissional que defende o projeto ético-político profissional e a formação de qualidade.

4. Os Fóruns de Supervisão de Estágio como respostas para os desafios de uma formação profissional com qualidade.

São diversos limites e dilemas que se circunscrevem na materialidade do estágio supervisionado, pois os sujeitos envolvidos, são da classe trabalhadora, isto é, estudantes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadoras/es que não dispõem de tempo suficiente para vivenciar a universidade em sua plenitude, ou seja, abarcar a função do ensino superior que se fundamenta pela tríade ensino, pesquisa e extensão, assim como, assistentes sociais que vivenciam seu exercício profissional em espaços sócio-ocupacionais plenos de contradições e limites institucionais.

A partir dessa realidade, há a compreensão dos chamados dilemas para que os estágios aconteçam de fato, de forma integrada, sistemática e articulada entre os sujeitos envolvidos na supervisão, podendo garantir a participação como campo de possibilidade em várias frentes que se expressam nas políticas e resoluções atinentes a este momento ímpar da formação.

Os fóruns de supervisão constituem-se como espaço importante de participação, conjugando a socialização dos saberes construídos e apreendidos nesta prática que envolvem vários atores, ou seja, detém um papel de fato orgânico, uma vez que remete a um momento privilegiado para problematizar, avaliar, discutir, propor, reunir e (re)conduzir suas ações para a efetivação dos objetivos propostos neste componente curricular, concatenado com as Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, bem como, ancorada pela resolução 533/2008, do CFESS-CRESS que trata sobre a supervisão direta e na direção dos pressupostos que constituem o Código de ética da/o assistente social.

Os fóruns de supervisão firmam-se como estratégia de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social (ABEPSS, 2010, p.35).

Neste sentido, os fóruns de supervisão de estágio realizados pelo curso de Serviço Social da UNIOESTE, no período compreendido entre 2022 e 2024, obtiveram, apesar dos desafios permeados, resultados importantes oriundos das últimas 3 edições, pois privilegiou-se temários que se colocaram como urgentes em cada período, norteando-se por um sentido sequencial das demandas que se colocam.

Foram organizados com o protagonismo de estudantes e subsidiados pelo acompanhamento direto de supervisores/as acadêmicos/as, pois outro desafio concentra-se no lugar em que supervisores/as de campo ainda se assentam na perspectiva da articulação, pois aquelas/es que comparecem aos fóruns, chegam como convidadas/os, ou seja, imprimindo uma participação incipiente, justificados por diversos argumentados.

Dentre os motivos argumentados por supervisoras/es de campo, prevalecem os limites institucionais que, muitas vezes, as/os impedem de participar, ou seja, demarcando que há instituições que se credenciam com a universidade para a oferta de campos, entretanto, não concebem a relevância da participação na composição de todas as ações que lhes conferem, ou

seja, não liberando-os/as dos espaços sócio-ocupacionais para estarem nas atividades dos fóruns, justificando assim, outras demandas de trabalho.

Mesmo diante do contexto, asseguramos a qualidade das atividades, vez que, em cada fórum é eleito um tema central, ministrado por profissionais que têm nos assuntos abordados, seu objeto de pesquisa e de trabalho, animando o debate, trazendo provocações que se desdobram em reflexões entre estudantes, docentes e profissionais de várias áreas, alimentando assim, proposições interventivas e avaliações positivas resultantes do momento privilegiado que os fóruns promovem.

Além disso, são apresentados pelas acadêmicas os projetos de intervenções, em fase de elaboração, correspondente ao componente curricular Estágio I, tais projetos são expostos em painéis para apreciação das/dos participantes, já as estudantes do Estágio II realizam exposições orais das ações dos projetos que são executados nos diversos campos junto a população atendida.

Os projetos são construídos com acompanhamento de supervisores/as acadêmicos, de campo e com a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento, experienciando assim, a interdisciplinaridade.

Nesse contexto, o tradicional Fórum de Supervisão de Estágio acontece anualmente e objetiva dar centralidade a debates sobre estágio e supervisão direta, a qual possibilita que os estudantes adentrem em espaços sócio-ocupacionais em que o trabalho dos/das assistentes sociais se realizam por meio de processos de trabalho, portanto, pleno de desafios e possibilidades.

O formato dos fóruns de supervisão alcança os pilares da tríade ensino, pesquisa e extensão de modo em que os conteúdos apreendidos na academia, são compartilhados nos campos de estágios não apenas nos atendimentos cotidianos, mas, por meio da pesquisa, identificando as lacunas existentes nos serviços e construindo projetos de intervenção para a comunidade. As análises sobre os projetos de intervenção decorrem de dois pontos antagônicos quando, por um lado, estende as apreensões teóricas para ações na comunidade, alcançando um público importante, mas, por outro lado, nem todos os projetos demonstram relevância e consistência com as dimensões da profissão ou mesmo, com ações que respondam criticamente uma inserção prática/concreta diante da realidade que se apresenta, ou seja, reduzindo-se a mero protocolo acadêmico para contemplação avaliativa.

Cabe salientar que há um grupo de profissionais específicos que mantém sua participação nas três edições, colocando-se como partícipes ativos do processo de supervisão, sendo este mesmo grupo, supervisores/as que em todo o processo formativo das/os acadêmicos/as estagiários/as, se colocam como parte integrante de fato.

O fórum de supervisão, como assim renomeado, foi denominado durante o longo período da história do Serviço Social como fórum de supervisores, entretanto, considerando a necessidade de envolver todos os sujeitos que compõem o processo pedagógico do Estágio e não somente as/os supervisores/as, ampliou-se na abrangência da composição participante das/os estudantes que o integram, medida assertiva.

Analisando os resultados dos fóruns de supervisão no período que se compromete neste estudo, é possível observar que a participação de estudantes tem impactado positivamente, pois é um momento formativo de alta relevância, espaço que estabelece um lugar de fala e de escuta qualificada, resultando em proposituras que vem sendo alimentadas e implementadas no processo, de forma compactuada.

Uma estratégia adotada é a organização coletiva dos fóruns, tendo o protagonismo de estudantes, porém, ainda não alcançando supervisores/as de campo nesta construção, situando-se ainda como convidados/as, conforme já sinalizado. Este é um desafio a ser encampado, pois poderá surtir em maior número de participantes dessa categoria.

No ano de 2022, foi realizado o V Fórum de Estágio em Serviço Social, cujo tema foi a Centralidade do Estágio no Processo de Formação, abarcando debates e reflexões sobre os desafios, as possibilidades e a importância do estágio para a formação profissional enquanto componente articulador entre os saberes das diversas disciplinas que compõem o currículo pedagógico.

Neste fórum, contou-se com 53 participantes, sendo 41 estudantes, 5 supervisores/as acadêmicos/as, 7 assistentes sociais, supervisores/as de campo. Destaca-se que o V Fórum de Estágio, foi realizado em conjunto com a VIII Semana Acadêmica de Serviço Social, cujo tema foi Gênero, Diversidade sexual e Serviço Social, ou seja, estrategicamente, perpassou a discussão em torno das diretrizes, da política e das resoluções de estágio enquanto orientadoras do saber e do fazer, para um debate urgente no interior da formação e do exercício profissional.

Em 2023, o VI Fórum de Supervisão de Estágio, tematizou sobre Os Avanços e Possibilidades da Supervisão Direta do Estágio em Serviço Social, contando com 82 participantes, sendo 68 estudantes, 8 supervisores/as acadêmicos/as, 3 assistentes sociais supervisores/as de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

campo e 3 profissionais de outras áreas que atuam nas instituições parceiras, de campos conveniados. O formato se manteve com as exposições e diálogos acerca dos projetos de intervenção e o debate, tendo como mote, o temário central.

O VII Fórum de Supervisão de Estágio, realizado em maio de 2024, contou com a presença de 35 participantes, sendo 26 discentes, 5 supervisoras/es acadêmicas/os e 7 supervisoras/es de campo (dentre eles, 2 sem estagiários/as no período), momento em que se privilegiou uma discussão nodal, isto é, atendendo a uma demanda urgente que transcorre a tempos nos estágios, sendo ele, o uso da documentação como instrumento pedagógico na formação em Serviço Social.

O debate concernente aos documentos de estágios foram cruciais para desmistificar a ideia de que sua materialidade se reduz a mero protocolo burocrático, ao contrário, colocando-o em seu lugar, como instrumento pedagógico em que a articulação dos sujeitos deve prevalecer e seu objetivo, ser de fato permeado por planejamento de ações descritas em um plano de estágio.

O homem consegue realizar a prévia idealização das suas ações e, portanto, projetar antecipadamente os resultados desejados com as atividades que pretende desenvolver. A esse movimento chama-se capacidade teleológica. De modo geral, “todo ato social surge, portanto, de uma decisão entre alternativas acerca de pores teleológicos futuros” e, por meio das decisões tomadas, os homens vão construindo a sua própria existência (LUKÁCS, 1978, p.06, apud, PAULA, 2019, p.125).

Este fórum trouxe como proposta reunir acadêmicos/as de todos os períodos, juntamente com supervisores de campo e acadêmicos, docentes do curso, para uma discussão expositiva, reflexiva ao processo de supervisão direta de estágio, sendo ele na modalidade obrigatória ou não.

4.1 Dilemas e possibilidades do estágio supervisionado

O ingresso das/dos discentes no estágio supervisionado é transpassado por dilemas que nos provocam a desafios para superação, são eles:

- a inviabilidade de conciliar os horários de estudos e trabalho com os campos ofertados;
- as políticas socioassistenciais dos municípios funcionam em horário comercial, fechando uma hora para o almoço;
- apenas um campo oferta horários e dias da semana alternativos, porém tem limites para absorção de estagiários, de acordo, com as normativas da profissão;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- obstáculos no interior dos municípios no que diz respeito a locomoção, pois não existem ônibus circulando a todo momento como ocorrem nos municípios de grande porte, além disso, a interligação da região ocorre por meio de rodovias estaduais com grande número de acidentes;
- abertura de novos campos de estágios, uma vez que com a mudança do horário do curso para o noturno, aumentou a procura, e para os próximos períodos há riscos de não conseguir assegurar campo para todas as/os estudantes, devido a singularidade das/os discente;
- dificuldades em relação a maior participação dos/as supervisores/as de campos, seja por não compreender a importância dos Fóruns de Supervisão ou pela dificuldade de conseguir liberação, uma vez que o conservadorismo no âmbito municipal é exercido com mais afinco, cabe lembrar que, os cargos comissionados na gerência das políticas assistenciais e o primarismo se fazem presentes em vários municípios que constituem a região;
- não apreensão do exercício profissional relacionando teoria/prática, atribuições e competências profissionais, apropriação da dimensão técnico-operativa, de acordo, com as legislações vigentes, por parte de muitos/as supervisores/as de campo;
- receios de incentivar o envolvimento das estagiárias no desenvolvimento de ações acompanhadas, por exemplo, fazer relatórios e depois trocar impressões, propiciar intervenções cotidianas, ou seja, em alguns casos o aprendizado se reduz a observação durante todo tempo de estágio, a única intervenção é oriunda do projeto de intervenção compactuado em convênio;
- pouca incorporação dos projetos de intervenção na dinâmica institucional, por vezes, realizadas apenas para cumprimento das exigências, mas não compreendidas como contribuição para qualificação e aprimoramentos dos serviços;
- o privilégio do ingresso em campos de estágio por meio de apoios políticos, ou seja, troca de votos, prática naturalizada em municípios de pequeno porte;
- evasões por não conseguir as conciliações necessárias para alcançar a graduação;
- baixa oferta de bolsa auxílio às/aos estagiárias/os, inclusive sem qualquer apoio para o transporte e alimentação no período, destacando neste ponto que, apesar dos municípios da região serem de pequeno porte, sendo a cidade sede da universidade a mais densa geográfica e populacionalmente, muitos acessos dependem de condução intermunicipal e,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por saírem às 11 horas da manhã da universidade para o estágio, precisariam de se alimentar nos campos;

- equívocos relacionados à compreensão do que é estágio obrigatório e não obrigatório, associando-os à oferta de bolsas auxílio, ou seja, inclusive distinguindo as atividades e exigências entre os/as estagiários/as de um mesmo serviço, muitas vezes, a qualquer ação que não correspondem às atribuições e competências do Serviço Social;
- presença ainda existente de discursos esvaziados dos fundamentos do Serviço Social que persistem na retórica de que a teoria não se realiza na prática, desconstruindo por meio desta concepção, uma perspectiva crítica da/o estagiária/o, inclusive para compreender que na lógica do capital, há perfis profissionais em disputa;
- ausência de indagações e problematizações, por parte das estagiárias durante as supervisões acadêmicas sobre as contradições que ocorrem nos campos de estágio, entre elas, as intersecções de classe, raça e gênero, reproduzidas no âmbito institucional, é como se elas não existissem, denotando assim, sua reprodução de forma naturalizada;
- não percepção de pertencimento a classe trabalhadora, mesmo convivendo com as violações típicas e correspondentes a classe, a exemplo, superexploração do trabalho.

Por sua vez, é no bojo do cotidiano alienado e alienante transpassado por desafios que as possibilidades são tecidas, com toda acuidade necessária, revelando a capacidade teleológica do ser social em projetar suas ações de modo consciente, orientado por valores ético-políticos e concomitantemente intervindo na realidade social, são elas:

- manutenção dos Fóruns de supervisão como espaço para reflexões e construções, com intuito de incidir nos campos de estágios e nas formas de compreensões que não estão alinhadas com o trabalho profissional;
- confecções de convites, de materiais gráficos e *coffee-break* para uma recepção amistosa, construção coletiva entre acadêmicas/os e supervisoras/es acadêmicas/os;
- fortalecimento e organização com profissionais alinhados com o projeto ético-político, tais como participantes do CRESS, da ABEPSS e do NUCRESS/Francisco Beltrão;
- visitas nos campos de estágios por parte de supervisores/as acadêmicos/as com intuito de conhecer e construir aproximações para incidências pedagógicas e políticas;
- grade curricular alinhada com as diretrizes da ABEPSS;
- incentivo para organização política das/os estudantes, uma vez que a região carece de fortalecimento das organizações que representam os interesses da classe trabalhadora;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- construir comissões de estágio, conforme previstas na PNE da ABEPSS;
- dar centralidade ao estágio no PPP e nas resoluções relacionadas;
- não permitir credenciamentos com campos omissos ou contrários aos nossos princípios;
- oferta de cursos de extensão as/aos supervisoras/es de campo, aproximando-as da academia;
- alinhamento entre o componente curricular Práxis Profissional (disciplina que discute o estágio), as supervisões acadêmicas e as coordenações de estágio e de curso.

5. CONCLUSÃO

O estágio supervisionado realiza a síntese das distintas dimensões da profissão e, é em torno dele, que se articulam diferentes projetos de profissão e de sociedade, para tanto, debates atinentes ao projeto de profissão e projetos societários precisam ser conciliados e analisados sob a luz de uma perspectiva social crítica, caso o contrário, tem-se neste campo, a fertilidade para uma apreensão desconectada de nossos princípios éticos fundamentais, ou seja, de um horizonte na direção da emancipação humana.

Vimos a urgência de contribuirmos com a compreensão do estágio como unidade teoria/prática, de modo indissociável e não dicotomizado como muitas vezes se realiza. Nesta seara, a importância de espaços dialógicos e reflexivos que envolvem os vários sujeitos do processo são imprescindíveis.

O artigo em tela, ao apresentar o estágio supervisionado na UNIOESTE, percorreu alguns caminhos que demarcaram dilemas e desafios no tempo presente, entretanto, destacando o campo de possibilidades, principalmente o Fórum de Supervisão e, é nesta direção, percorrida e entrelaçada por vários sujeitos que as últimas palavras vão se ater: é preciso ter coragem para captar as contradições, compreender que é nesta sociedade desigual, concentradora de riqueza e renda, plena de exploração, opressão, discriminação e preconceito que nossa profissão enquanto natureza interventiva se realiza.

6. REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. 2010. Disponível em <www.abepss.org.br>. Acesso em 7 julho, 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16a ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **O que é agroindústria?** [S.L] Ministério da Agricultura e Pecuária. 14 abril, 2021. Disponível em: <[O QUE É AGROINDÚSTRIA? — Ministério da Agricultura e Pecuária.](#)> Acesso em: 21 julho, 2024.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social.** Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 10ª Edição.

BRAZ, Marcelo. NETTO, José Paulo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Ed. Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social); v.1).

CANTALICE, Luciana. **Fóruns de Supervisão de Estágio em Serviço Social - Nacional, Regional, Estadual e Local.** In: Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social / Andréa Pacheco de Mesquita, Yolanda Guerra, André de Menezes Gonçalves (Orgs.). p.110-118. Fortaleza: Socialis, 2019.

CFESS. **Resolução n. 533 de 29 de setembro de 2008.** Regulamentação do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Disponível: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 17 julho, 2024.

GUERRA, Yolanda. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática:** o perfil profissional em disputa. In. A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios / Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Maria Helena Elpidio Abreu (Orgs). Valeria Forti e Yolanda Guerra (coords. série). p.101-124. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HONORATO, Andreia Agda Silva. **Perspectiva da centralidade do estágio supervisionado na formação em Serviço Social:** questões presentes e latentes. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2016.

PARANÁ. **Economia Verde do Paraná R\$140 bilhões e já representa 32,9% do PIB.** [S.L]: Secretaria do Planejamento. 24 abril, 2024. Disponível em: <https://www.planejamento.pr.gov.br/Noticia/Economia-Verde-do-Parana-alcanca-R-140-bilhoes-e-ja-representa-329-do-PIB>. Acesso em: 27 julho, 2024.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. **Planejamento do estágio.** In: Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social / Andréa Pacheco de Mesquita, Yolanda Guerra, André de Menezes Gonçalves (Orgs.). p.125-132. Fortaleza: Socialis, 2019.